



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº 51, Centro CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.3474-1220 e 3474-1226 Fax 3474-1081



Processo nº 0147.001.0006002

Requerente: Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul

Súmula: Encaminha Mensagem nº 010/17 – "Autoriza abertura de Crédito

Especial no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões), criando rubricas no

Orçamento de 2017 no

RELATÓRIO

Trata-se de projeto de Lei, de origem do Poder Executivo Municipal, cujo escopo é solicitar autorização para abertura de crédito especial no valor de R\$ R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), criando rubrica no orçamento de 2017, no Regime Próprio de Previdência Social.

PARECER

Primeiramente, no que diz respeito à iniciativa para a apresentação do projeto, a mesma é exclusiva do Chefe do Executivo, conforme disposto pela Lei Orgânica Municipal.

Art. 55. Compete, privativamente ao Prefeito, a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre:

(...)

IV – Proposições que geram despesas ou comprometam receitas do Município

A competência da Câmara de Vereadores para a deliberação sobre esse tema emana das disposições da Lei Orgânica Municipal relativamente ao Poder Legislativo Municipal, que transcrevemos:

Art. 36. Compete à Câmara Municipal deliberar, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias da competência do Município, especialmente sobre:

I - plano plurianual, orçamentos anuais e diretrizes orçamentárias;

II - abertura de créditos especiais, suplementares e extraordinários.

Quanto aos requisitos para a espécie proposta, estes vêm disciplinados pela Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 167. São vedados:

(...)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº 51 - Centro - CEP 93.220-000 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.3474-1081 - 3474-1220 - Fax: 3474-1081



Ou seja, no que diz respeito à abertura de créditos especiais ou suplementares no bojo do orçamento, para que o Poder executivo o faça, são necessários (a) autorização legislativa, e (b) indicação dos recursos correspondentes.


Ao que se observa do projeto em análise, a autorização legislativa é o mérito da presente proposição, e os recursos que servirão para cobrir as despesas geradas pelo art. 1º do projeto, vêm indicados pelo seu art. 2º, que determina redução de crédito orçamentário existente no mesmo valor. Restam contemplados, portanto, os requisitos para abertura de crédito especial/suplementar.

Pelo exposto opinamos no sentido do prosseguimento da proposição à sua tramitação regimental. À consideração superior, e com a aprovação, encaminhe-se o processo à Diretoria Legislativa para conclusão às competentes comissões, e posterior deliberação pelo Plenário desta nobre Casa Legislativa. É o parecer.

Sapucaia do Sul, 27 de junho de 2017.


Pablo José Camboim de Souza
OAB/RS 50.493
Matrícula 881

Aprovo


João Roberto da Fonseca Junior
Procurador Chefe
OAB/RS 69.257